



ACÓRDÃO Nº 247/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2803/2018.

Apensos: Processo nº 1756/2018, 1802/2018, 1489/2008, 544/2009, 6366/2007, 5073/2007, 1801/2018 e 1757/2018.

2- Assunto: Recurso de Reconsideração.

3- Recorrente: RS Arquitetura LTDA.

4- Advogado: Roberio dos Santos Pereira Braga – OAB/AM nº 1205, Rosa Oliveira de Pontes - OAB/AM nº 4231, Jones Ramos dos Santos - OAB/AM nº 6.333 e Adson Soares Garcia - OAB/AM nº 6.574.

5- Unidade Técnica: DICOP

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8202/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

7- Relator: Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Recurso de Reconsideração.

Conhecimento. Provimento. Ciência.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela empresa **Rs Arquitetura Ltda**, eis que restam preenchidos os requisitos gerais de admissibilidade;

8.2. Dar Provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Rs Arquitetura Ltda**, excluindo a multa e a glosa imputadas, respectivamente, nos itens 9.4 e 9.5.2 da Acórdão nº 57/2017 – TCE – Tribunal Pleno, ante a comprovação do adimplemento do objeto referente ao Contrato nº 060/2006/2007-PMC;

8.3. Dar ciência à empresa **RS Arquitetura Ltda.** deste *Decisum*, por intermédio de seus patronos constituídos nos autos.



ACÓRDÃO Nº 247/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 10 de Março de 2020

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

11.1. Declaração de Impedimento: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho e Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

12- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral